

**Título do Artigo:** *Reforma laboral no Brasil e seus possíveis impactos econômicos à luz das precedentes experiências internacionais*

**Autor:** Marcelo Prado Ferrari Manzano

**Subtema:** 3. Labour Regulation

Entre os anos de 2015-2016 abateu-se sobre o Brasil uma crise política e econômica de enorme proporção que consolidou um novo arranjo político no país e deu início a um período de profundas reformas institucionais. Em um curto espaço de tempo, o novo bloco político que alcançou o poder foi capaz de mudar com surpreendente radicalidade o marco legal trabalhista, lançando mão de um conjunto de argumentos economicistas que, em última instância, propõe um *trade-off* entre o rebaixamento do marco regulatório laboral e um novo padrão de desenvolvimento econômico, agora supostamente em sintonia com os requisitos das cadeias globais de valor e mais adequado ao atual padrão de concorrência internacional.

Para melhor avaliar os possíveis efeitos econômicos da reforma laboral brasileira e considerando as experiências internacionais de reformas similares que nos precederam, no presente artigo propõe-se apresentar uma revisão bibliográfica que traga à luz as principais reflexões de um conjunto de autores que identificaram a ocorrência de *graves sinergias negativas* decorrentes de tais reformas, as quais acabam antes minando os supostos efeitos virtuosos da redução dos custos do trabalho e revelando sua ineficácia em termos de ampliação da competitividade (Cf. CAPALDO, IZURETA, 2012; VERGE, KLEINKNECHT, 2014; PIASNA, MYANT, 2017). Ou seja, ao contrário do que é apregoado pelos seus apoiadores, as reformas liberais dos “sistemas de relações de trabalho” têm promovido um conjunto de reações particulares (micro-soluções) que não conduzem a um arranjo agregado virtuoso capaz de impulsionar o crescimento econômico - em um caso típico de “falácia da composição”.

Assim, no presente artigo, meu principal objetivo é analisar os impactos econômicos das reformas do mercado de trabalho percebidos nas experiências internacionais e, a partir deles, contribuir para a construção de um aparato analítico que venha subsidiar futuras pesquisas e balizar as metodologias que serão necessárias para avaliar as consequências da radical reforma laboral que está em curso no Brasil.

Neste sentido, três dimensões particulares são analisadas: 1) a estagnação da produtividade (e dos processos de inovação); 2) o hiato fiscal para sustentar a despesas públicas; 3) a redução da propensão a consumir que resulta das transformações que atingem a vida cotidiana dos trabalhadores quando expostos à maior incerteza que alcança os empregos e a renda das famílias.